



Informativo Técnico N°06/Ano 03 – junho de 2012

A Informatização como Ferramenta da Defesa Fitossanitária no Estado do Rio Grande do Sul

* *Vinícius Grasselli*

Sem as técnicas de manejo integrado, como cultivares resistentes e rotação de culturas e sem a disponibilidade do controle químico moderno, a introdução de pragas e doenças nos cultivos já causaram grandes impactos na sociedade. A Grande Fome ocorrida na Europa e causada pela requeima da batata, é um exemplo.

A defesa sanitária vegetal é fundamental para o desenvolvimento eficiente da produção agrícola do país. A proteção dos cultivos agrícolas pode se refletir não apenas na produção da lavoura, mas também nas cadeias de carne que utilizam grãos na base da alimentação animal.

No Brasil, o Decreto n° 22.094, de 16 de novembro de 1932, promulgou o texto da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais de 1929. Já o Decreto n° 24.114, de 12 de abril de 1934, aprovou o Regulamento da Defesa Sanitária Vegetal e é até hoje o maior marco legal da defesa fitossanitária brasileira.

Uma importante ação para evitar a dispersão de pragas e doenças em território nacional foi à normatização do trânsito interno, através da Instrução Normativa n° 54, de 04 de dezembro de 2007, e a criação da Certificação Fitossanitária de Origem, atualmente regida pela Instrução Normativa n° 55, de 04 de dezembro de 2007.

Em 2007, buscando a modernização da defesa fitossanitária gaúcha, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA-RS) em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS) passou a desenvolver o Sistema de Defesa Agropecuária – Área Vegetal (SDA) utilizando como base a legislação vigente. Assim, a primeira Permissão de Trânsito Vegetal foi emitida de forma on-line em 25 de setembro de 2007, marcando o início do funcionamento do programa.

Este sistema continua em desenvolvimento e aperfeiçoamento e desde 2009 disponibiliza acesso aos Responsáveis Técnicos (RTs) para o cadastramento de Unidades de Produção e Consolidação e emissão do Certificado Fitossanitário de Origem e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado, via internet.

Hospedeira da praga regulamentada *Cydia pomonella* (traça-da-maçã) a pomicultura é integrante de todo este processo. A Instrução Normativa n° 48, de 23 de outubro de 2007, instituiu o Programa Nacional de Erradicação da *Cydia pomonella* e juntamente com a legislação citada anteriormente constitui as normas de prevenção ao estabelecimento desta praga em pomares comerciais e deve ser seguida pelos produtores, devidamente orientados por RTs, para que a comercialização da fruta possa ser realizada sem restrições.

Todas as informações inseridas no SDA através da emissão da Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV) ou através do cadastramento das Unidades de Produção realizadas pelos

RTs são compiladas pelo Sistema de Análise de Negócios (SAN), também desenvolvido pela PROCERGS. A comparação dos dados expressos pelo SAN com outros dados disponíveis é utilizada pela SEAPA para monitorar a veracidade e precisão das informações contidas no SDA e promover alterações, quando necessárias.

Analisando os dados da cultura da maçã observamos que a área total dos pomares cadastrados e habilitados para a certificação fitossanitária no SDA em dezembro de 2011 era de 15.221,20 hectares. Esta área é 303,40 hectares superior ao informado pela AGAPOMI no Levantamento da Área de Maçã no Rio Grande do Sul – Safra 2011. Quando comparada com a Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2011) a área cultivada de maçã informada no SDA é 1.970,80 hectares menor do que a levantada pelo órgão. Na Figura 1 é comparada a informação da área apresentada pela Agapomi com a área cadastrada no SDA.

As diferentes metodologias utilizadas para levantar as áreas cultivadas podem explicar, de certa forma, os diferentes resultados obtidos. A aproximação dos valores, no entanto, expressa que os dados apresentados no SDA se aproximam dos outros levantamentos consultados.

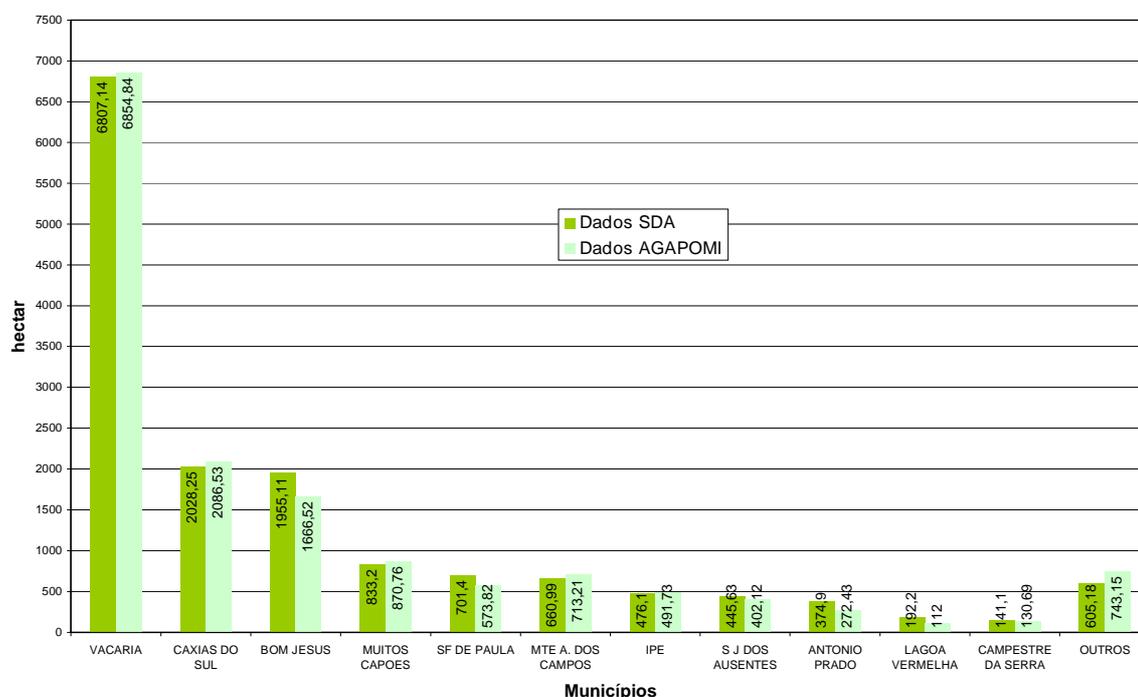


Figura 1: Comparativo Entre a Área de Maçã Cadastradas no Sistema de Defesa Agropecuária e o Levantamento da Agapomi na safra 2010/2011.

O Sistema de Análise de Negócios também permite quantificar os produtos informados na PTV. Os dados de 2011 registraram a comercialização de 371,8 mil toneladas de maçã para outros Estados e países, através da emissão de 33.221 PTVs. A Figura 2 apresenta a quantidade de maçã registrada no SDA conforme o destino declarado na nota fiscal. São Paulo, com 70,3 mil toneladas é o maior destino informado e juntamente com os demais estados da região sudeste representam 43,8% da quantidade de maçã certificada. Santa Catarina é o segundo destino, destacando-se os meses de fevereiro, março e abril com média de 13,2 mil/toneladas/mês, tendo como destino Unidades de Consolidação e fábricas de suco.

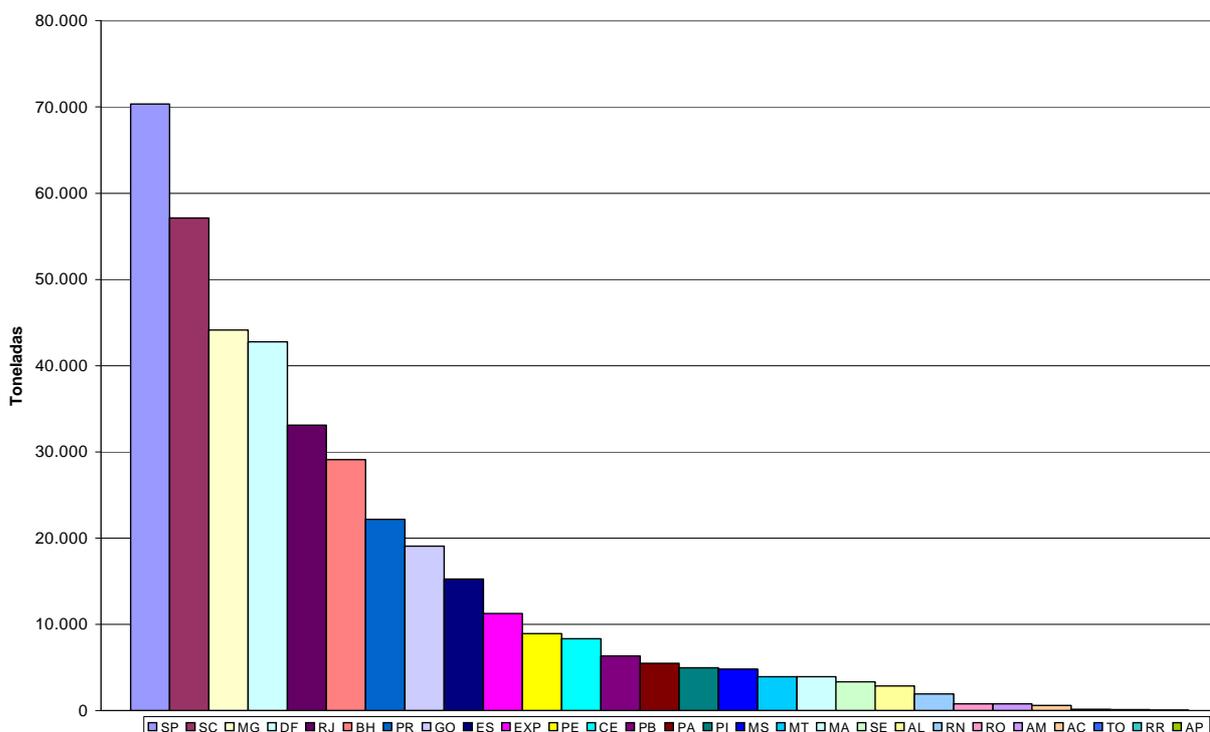


Figura 2: Quantidade de Maça Certificada na Emissão da Permissão de Trânsito de Vegetais Conforme Unidade de Federação de Destino em 2011.

A quantidade de maçã enviada a Santa Catarina durante o período de colheita da macieira também pode ser visualizada na elevação da quantidade mensal certificada nos meses de fevereiro a abril apresentada na Figura 3.

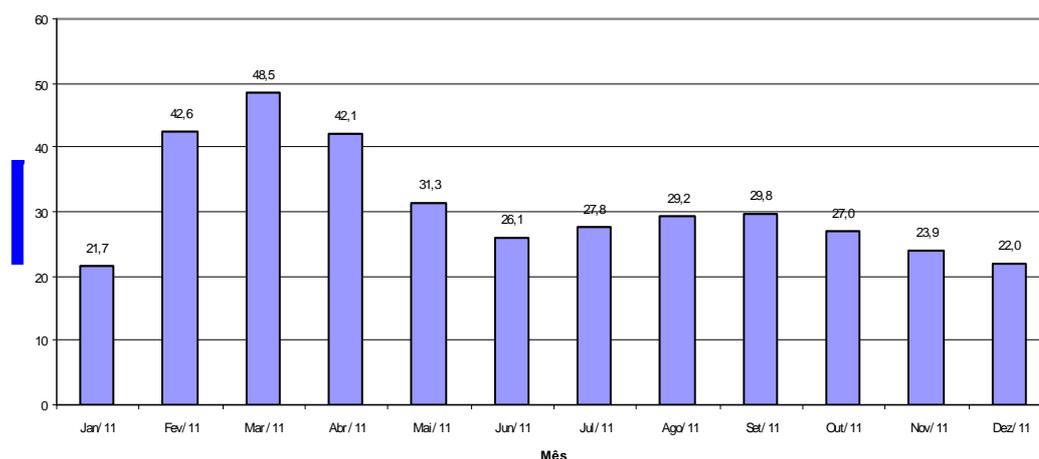


Figura 3: Distribuição Mensal da Certificação de Maça Através da Emissão da Permissão de Trânsito de Vegetal

A evolução da informatização tem permitido uma maior rastreabilidade na atividade de defesa fitossanitária. Novas ferramentas estão em desenvolvimento pela equipe da

SEAPA/PROCERGS. Elas visam garantir maior precisão dos dados, maior facilidade na utilização do sistema e estabelecer a rastreabilidade plena do processo.

Certamente, o sucesso do Programa Nacional de Erradicação da *Cydia pomonella* no Rio Grande do Sul é resultante do comprometimento de todos envolvidos: EMBRAPA, Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio e Responsáveis Técnicos e a informatização é uma ferramenta que busca auxiliar na construção deste processo.

* Engenheiro Agrônomo da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DDA/SEAPA-RS

Referências Bibliográficas

- AGAPOMI. Levantamento de área de maçã no Rio Grande do Sul – 2011. Disponível em: < http://www.agapomi.com.br/arquivos/Area_Municipio.pdf>. Acesso em 01 mar. 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola municipal 2011. www.ibge.gov.br

GRAU DE EXPOSIÇÃO À BRUCELOSE DE MÉDICOS VETERINÁRIOS VACINADORES DE RIO GRANDE, RS.

* *Paula Devincenzi*¹ e *Claudio M. Silva*²

INTRODUÇÃO

A brucelose é uma zoonose causada pela bactéria *Brucella sp.*, de importância especial para grupos de indivíduos de maior risco à infecção, como os médicos veterinários. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ampliou a atuação destes profissionais quando determinou o combate e erradicação da doença nos animais para diminuir o risco à saúde das pessoas.

OBJETIVOS

Avaliar o grau de exposição de médicos veterinários frente à brucelose.

METODOLOGIA

Médicos Veterinários vacinadores cadastrados no Serviço Veterinário Oficial do município de Rio Grande, RS, responderam a um questionário sobre a atividade profissional e seus hábitos de vida, na tentativa de investigar o grau de exposição ao agente. Foi pesquisado, ainda, o grau de conhecimento sobre a zoonose apresentada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Onze eram os médicos veterinários que efetivamente vacinavam os animais. Todos apresentavam pelo menos dois fatores de risco para brucelose: o contato estreito com animais, por serem veterinários, e o fato de manipularem a cepa vacinal patogênica B19, por serem vacinadores. No entanto, outros fatores de risco puderam ser identificados. Sobre o uso de equipamento de proteção individual (EPI) durante a vacinação, a maioria respondeu que utilizavam às vezes (64%), sendo que nenhum respondeu que utilizava sempre. Dentre os EPI, a luva era a mais utilizada (73%). 72% realizavam procedimentos ginecológicos e obstétricos, utilizando EPI às vezes (33%), na maioria das vezes (33%) e sempre (33%). Todos eles confirmaram a utilização de luvas; 55% avental/macacão; nenhum usava máscara ou outro tipo de EPI. Quatro veterinários (44%) já diagnosticaram, examinaram ou presenciaram algum animal com brucelose. 72% eram também proprietários rurais. Quatro relataram o hábito de comer carne crua ou mal passada. O tipo de leite mais consumido foi o pasteurizado (46%) e a maior frequência no consumo foi diariamente (55%). Entretanto, um veterinário relatou o hábito de consumir leite "in natura" ou derivados lácteos produzidos artesanalmente. Ninguém apresentou diagnóstico clínico ou laboratorial passado de brucelose e apenas dois confirmaram conhecer alguém que tenha recebido o diagnóstico ou o tratamento para a doença.

CONCLUSÃO

Mesmo aqueles médicos veterinários que executam diretamente diretrizes de um plano de controle e erradicação, não apresentam conhecimento efetivo sobre a epidemiologia da brucelose, evidenciado pelo mau uso de EPI durante os procedimentos de risco de infecção. Quanto ao consumo de produtos de origem animal, não podem ser considerados susceptíveis, uma vez que a maioria não relatou o hábito de consumir esses produtos "in natura".

*¹ Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA/RS), Alegrete-RS.

² Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Rio Grande-RS.

Referências Bibliográficas

- Trabalho de Especialização em Agentes Infecto-Parasitários de Interesse Humano, Med. Veterinária Paula Devincenzi, FURG, 2009

- O Informativo Técnico do DDA veiculará artigos dos técnicos científicos do DDA, tanto do nível central como regional e IVZs. Pode ser de autoria própria ou compilado.

O artigo deve vir acompanhado de bibliografia e deve ter tamanho máximo de 3.500 caracteres (sem espaços). Tabelas são consideradas como caracteres e vamos limitar a duas fotografias por artigo. Em casos de artigos curtos, porém ricos em fotografias, será aceito um numero maior destas, sempre com legendas.

Os artigos podem ser enviados eletronicamente para ivo-kohek@agricultura.rs.gov.br, onde um grupo de revisores do nível central fará a avaliação, edição e dará a formatação final. Os artigos serão veiculados conforme a ordem de chegada.